

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Nos itens constituídos pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 A ideia de solidariedade acompanha, desde os
primórdios, a evolução da humanidade. Aristóteles, por
exemplo, em clássica passagem, afirma que o homem não é um
4 ser que possa viver isolado; é, ao contrário, ordenado
teleologicamente a viver em sociedade. É um ser que vive, atua
e relaciona-se na comunidade, e sente-se vinculado aos seus
7 semelhantes. Não pode renunciar à sua condição inata de
membro do corpo social, porque apenas os animais e os deuses
10 podem prescindir da sociedade e da companhia de todos os
demais.

O primeiro contato com a noção de solidariedade
mostra uma relação de pertinência: as nossas ações sociais
13 incidem, positiva ou negativamente, sobre todos os demais
membros da comunidade. A solidariedade implica, por outro
lado, a corresponsabilidade, a compreensão da transcendência
16 social das ações humanas, do coexistir e do conviver
comunitário. Percebe-se, aqui, igualmente, a sua inegável
dimensão ética, em virtude do necessário reconhecimento
19 mútuo de todos como pessoas, iguais em direitos e obrigações,
o que dá suporte a exigências recíprocas de ajuda ou sustento.

A solidariedade, desse modo, exorta atitudes de apoio
22 e cuidados de uns com os outros. Pede diálogo e tolerância.
Pressupõe um reconhecimento ético e, portanto,
corresponsabilidade. Entretanto, para que não fique estagnada
25 em gestos tópicos ou se esgote em atitudes episódicas, a
modernidade política impõe a necessidade dialética de um
passo maior em direção à justiça social: o compromisso
28 constante com o bem comum e a promoção de causas ou
objetivos comuns aos membros de toda a comunidade.

De acordo com as ideias do texto **Estado social e princípio da solidariedade**,

- 1 o compromisso constante com o bem comum e a promoção de causas ou objetivos comuns aos membros de toda a comunidade contribuem para que a solidariedade não fique restrita a ações locais e(ou) eventuais.
- 2 a solidariedade é uma característica inata dos seres humanos.
- 3 os animais e os deuses podem viver isoladamente, sem participação em uma comunidade, mas não os seres humanos.
- 4 o fato de as ações sociais de cada indivíduo incidirem sobre todos os demais membros da comunidade ratifica a dimensão ética da solidariedade, conquanto o reconhecimento mútuo de todos como pessoas iguais em direitos e obrigações configure-se como uma necessidade.

Julgue os itens que se seguem, relativos às estruturas linguísticas do texto **Estado social e princípio da solidariedade**.

- 5 A correção gramatical e o sentido original do texto seriam preservados se a oração “A solidariedade, desse modo, exorta atitudes de apoio e cuidados de uns com os outros” (l. 21 e 22) fosse reescrita da seguinte forma: Atitudes de apoio e cuidados de uns com os outros são exigidas para o exercício da solidariedade.
- 6 A correção gramatical e o sentido original do texto seriam preservados caso se inserisse o pronome **se** imediatamente antes da forma verbal “pode” (l.7).
- 7 Nas linhas 17 e 18, a expressão “a sua inegável dimensão ética” constitui o sujeito da forma verbal “Percebe-se”.
- 8 A correção gramatical do texto seria prejudicada caso se empregasse o sinal indicativo de crase no vocábulo “a” em “dá suporte a exigências recíprocas” (l.20).

1 A história da responsabilidade civil entrelaça-se com
a história da sanção. O homem primitivo atribuiu (e algumas
tribos indígenas ainda o fazem) a fenômenos da natureza
4 caráter punitivo, cominado por espíritos ou deuses. Nas
relações entre os homens, à ofensa correspondia a vingança
privada, brutal e ilimitada, como se esta desfizesse a ofensa
7 praticada.

No período pré-romano da história ocidental, a sanção
10 tinha fundamento religioso e pretensão de satisfação da
divindade ofendida pela conduta do ofensor. Nesse período,
surgiu a chamada Lei do Talião, do latim *Lex Talionis* — *Lex*
significando lei e *Talionis*, tal qual ou igual. É de onde se
13 extraiu a máxima “Olho por olho, dente por dente”, encontrada,
inclusive, na Bíblia.

Embora hoje possa parecer pouco razoável a ideia de
16 sanção baseada na retaliação ou na prática pelo ofendido de ato
da mesma espécie da que o ofensor praticou contra ele, a *Lex*
Talionis, em verdade, representou grande avanço, pois, da
vingança privada, passou-se a algo que se pode chamar de
19 justiça privada. Com a justiça privada, o tipo de pena ou
sanção deixou de ser uma surpresa para seu destinatário, e não
mais correspondia a todo e qualquer ato que o ofendido
pretendesse; ao contrário, a punição do ofensor passou a sofrer
22 os limites da extensão e da intensidade do dano causado.
Obviamente, isso quer dizer que, se o dano fosse físico, a
25 retaliação também o seria; por outro lado, fosse a ofensa
apenas moral, não poderia ser de outra natureza o ato do
28 ofendido contra o originário ofensor.

Carlos B. I. Silva e Cynthia L. Costa. *Evolução histórica da
responsabilidade civil e efetivação dos direitos humanos*. In: Renata F.
de Barros e Paula Maria T. Lara (Orgs.). *Direitos humanos: um debate
contemporâneo*. Raleigh, Carolina do Norte, EUA: Lulu Publishing, 2012,
p. 69-70. Internet: <<https://books.google.com.br>> (com adaptações).

Julgue os seguintes itens com base nas ideias veiculadas no texto
**Evolução histórica da responsabilidade civil e efetivação dos
direitos humanos**.

- 9 A menção à Bíblia, no final do segundo parágrafo, reforça a
defesa da Lei do Talião, a qual se encontra implicitamente
presente no texto.
- 10 A diferença entre a vingança privada e a justiça privada é que,
nesta, a punição ao ofensor é proporcional ao dano por ele
causado.
- 11 Para certos povos, os deuses ou os espíritos impunham
castigos, por meio de fenômenos da natureza, aos homens que
atentassem contra as leis da natureza.

Acerca das estruturas linguísticas do texto **Evolução histórica da
responsabilidade civil e efetivação dos direitos humanos**, julgue
os itens a seguir.

- 12 Na linha 12, a vírgula que se segue ao vocábulo “*Talionis*”
representa a elipse da forma verbal “significando”.
- 13 Do ponto de vista sintático, as vírgulas que isolam a frase “se
o dano fosse físico” (ℓ.25) são de emprego facultativo, razão
por que a correção do texto seria preservada caso se
eliminasse ambas ou se apenas uma delas — seja a primeira,
seja a segunda — fosse eliminada.
- 14 A substituição das formas verbais “deixou” (ℓ.21),
“correspondia” (ℓ.22) e “passou” (ℓ.23) por **deixa**,
corresponde e **passa**, respectivamente, manteria a correção e
a coerência do texto.

Considerando os aspectos estruturais e linguísticos das
correspondências oficiais previstos no **Manual de Redação da
Presidência da República**, julgue os itens que se seguem.

- 15 Sempre que possível, os despachos ao memorando devem ser
registrados no próprio documento, para simplificar o processo
e garantir maior transparência às decisões tomadas.
- 16 A exposição de motivos é uma comunicação oficial dirigida ao
presidente da República ou ao vice-presidente por um ministro
de Estado e pode ser interministerial, ou seja, assinada por
mais de um ministro.
- 17 Caso um ministro da Primeira Turma do STJ tenha de
encaminhar um documento a um ministro da Quarta Turma
desse mesmo tribunal, a comunicação a ser expedida para esse
fim será o aviso, e o fecho a ser utilizado será “Cordialmente”.

Assunto: **encaminha processo**.

Excelentíssimo Senhor Ministro,

Ao cumprimentá-lo, encaminhamos processo, registrado
sob n.º 1234567-00.2015.3.0.0000, para análise do mesmo e para
emissão do parecer de Vossa Excelência o Senhor Ministro.

Atenciosamente,

[assinatura]
[identificação do signatário]

Considerando o fragmento da comunicação oficial hipotética
anteriormente apresentado, julgue os próximos itens com base no
Manual de Redação da Presidência da República.

- 18 A linguagem empregada no documento hipotético em questão
atende aos princípios de clareza, concisão e uso de linguagem
formal e, portanto, é adequada à comunicação oficial.
- 19 A estrutura do documento apresentado é adequada à
composição de um ofício.

No que concerne aos princípios fundamentais da República
Federativa do Brasil e aos direitos fundamentais, julgue os
próximos itens.

- 20 A garantia do mínimo existencial, que decorre da proteção
constitucional à dignidade da pessoa humana, restringe a
invocação da reserva do possível como óbice à concretização
do acesso aos direitos sociais.
- 21 A livre iniciativa é princípio que subordina as normas de
regulação do mercado e de defesa do consumidor.
- 22 O registro do sindicato no órgão competente é exigência
constitucional que não se confunde com a autorização estatal
para a fundação da entidade.
- 23 Um cidadão detém, mais que o direito, o dever de opor-se à
ordem que, emanada de autoridades públicas, se revele
manifestamente ilegal.

Julgue os itens seguintes, a respeito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do STJ, com fundamento na Constituição Federal de 1988.

- 24 Compete, originariamente, ao STJ julgar mandados de segurança contra atos do Superior Tribunal de Justiça Desportiva.
- 25 O controle administrativo exercido pelo CNJ é subsidiário e pressupõe prévia atuação pelos tribunais ordinários.
- 26 O controle interno exercido pelo CNJ não alcança atos de conteúdo jurisdicional emanados de tribunais.

Julgue os itens seguintes, acerca do controle exercido e sofrido pela administração pública.

- 27 A responsabilidade da administração pública decorrente de omissão resulta de seu dever de agir e da capacidade de essa ação evitar o dano.
- 28 A possibilidade de convocação, por qualquer das casas do Congresso Nacional, de titulares de órgãos subordinados à Presidência da República ilustra o controle político da administração pública, que abrange tanto aspectos de legalidade quanto de mérito.
- 29 Membros do Ministério Público não podem sofrer sanções por ato de improbidade administrativa em razão de seu enquadramento como agentes políticos e de sua vitaliciedade no cargo.

A respeito da licitação e dos contratos administrativos, julgue os itens subsecutivos.

- 30 É lícito à administração pública reter pagamentos à empresa que, contratada administrativamente por meio de licitação, passe, no curso da execução contratual, a situação de irregularidade fiscal.
- 31 A nulidade de contrato administrativo por ausência prévia de licitação gera, para o contratado de boa-fé, direito a indenização pelos serviços por ele prestados.
- 32 A caducidade do contrato de concessão acarreta a reversão ao poder concedente, mediante indenização ao concessionário, de todos os bens necessários à continuidade do serviço público.
- 33 A exigência de prévia experiência em serviços de natureza similar como requisito para demonstração de qualificação técnica, na fase de habilitação em procedimento de licitação, vulnera a isonomia, a impessoalidade e o julgamento objetivo, elementos basilares do certame.

Julgue os itens seguintes com base no Regimento Interno do STJ (RI/STJ).

- 34 A Corte Especial detém competência exclusiva para a edição de súmulas de jurisprudência no âmbito do STJ.
- 35 A despeito de prever que, ordinariamente, ao vice-presidente do STJ não compete o julgamento de processos, o RI/STJ excepciona situação em que o vice-presidente poderá exercer tal competência.
- 36 Entre outros aspectos, o Plenário do STJ caracteriza-se por deter competência jurisdicional e por constituir a instância máxima dos julgamentos dessa corte de justiça.

Em processo de indicação para o preenchimento de um cargo vago de ministro do STJ, a Corte recebeu lista sêxtupla de candidatos do órgão de representação da classe correspondente. Em primeira votação, o candidato A recebeu vinte e nove votos; o candidato B, dezesseis votos; o candidato C, quinze votos; o candidato D, quatorze votos; o candidato E, treze votos; e o candidato F, doze votos.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os próximos itens à luz do RI/STJ.

- 37 A votação para a última vaga na lista tríplice, quando ocorrer, contará com até três candidatos.
- 38 Os candidatos E e F não participarão do segundo escrutínio.

Julgue os próximos itens, acerca do sistema operacional Windows 7.0, do editor de textos Microsoft Word 2013 e do programa de navegação Internet Explorer 10.

- 39 Os atalhos de teclado ajudam o usuário de computador a executar uma funcionalidade em determinado *software* de forma rápida, eliminando a necessidade de vários cliques com o *mouse*, em determinados casos. No programa de navegação Internet Explorer 10, por exemplo, o uso do atalho constituído pelas teclas **Ctrl** e **J** fará que uma lista de *downloads* seja exibida.
- 40 O Windows 7 foi lançado em quatro versões, cada uma direcionada a um público específico. A versão *Starter* possibilita a criptografia de dados mediante o uso do recurso conhecido como BitLocker.
- 41 No Word 2013, para se centralizar o texto em uma célula de uma tabela qualquer, é suficiente realizar a seguinte sequência de ações: selecionar a célula que contém o texto; clicar com o botão direito do *mouse* sobre essa célula; finalmente, acionar a opção Texto Centralizado.

Julgue os itens seguintes, relativos a computação em nuvem, organização e gerenciamento de arquivos e noções de vírus, *worms* e pragas virtuais.

- 42 O Windows 7 Professional possibilita que o usuário copie um arquivo de um dispositivo móvel, como, por exemplo, um *pendrive*, para uma pasta qualquer que já contenha esse arquivo. Nesse caso, serão exibidas algumas opções, entre as quais uma que permite ao usuário optar por copiar, mas manter os dois arquivos; se o usuário escolher essa opção, o arquivo será copiado e armazenado na mesma pasta, porém será renomeado.
- 43 Os *hoaxes* são conhecidos como histórias falsas recebidas por *email*, muitas delas de cunho dramático ou religioso, com o objetivo de atrair a atenção da pessoa e então direcioná-la para algum sítio, oferecendo-lhe algo ou solicitando-lhe que realize alguma ação que possa colocar em risco a segurança de seus dados.
- 44 Embora seja uma tecnologia que prometa resolver vários problemas relacionados à prestação de serviços de tecnologia da informação e ao armazenamento de dados, a computação em nuvem, atualmente, não suporta o processamento de um grande volume de dados.

Acerca da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e do Plano de Logística Sustentável no âmbito do Poder Judiciário (PLS-PJ), julgue os itens que se seguem.

- 45 O acompanhamento das práticas de sustentabilidade nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário ainda depende da criação de indicadores mínimos para a avaliação do desempenho ambiental e econômico do PLS-PJ.
- 46 A A3P preconiza a adoção da política dos três erres (reduzir, reutilizar e reciclar) e o foco na reciclagem dos materiais consumidos nos mais diversos órgãos e instituições da administração pública. Nessa política, o primeiro erre (reduzir) refere-se à máxima redução possível do resíduo produzido, de modo a facilitar seu manuseio pelos coletores e o seu transporte para usinas de reciclagem.
- 47 O STJ tem a atribuição de monitorar e avaliar os PLSs dos órgãos que compõem o Poder Judiciário.

Com referência à adoção de critérios de sustentabilidade nas licitações e contratações sustentáveis no âmbito da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 48 Em comparação aos certames que se valem fundamentalmente do critério de menor preço, as licitações que adotam critérios e práticas de sustentabilidade, como, por exemplo, a aquisição de produtos e serviços com maior vida útil e menor custo de manutenção, podem dispensar o caráter competitivo do certame.
- 49 A administração pública poderá exigir, no instrumento convocatório para a aquisição de bens, que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.
- 50 As licitações realizadas pelo STJ devem estabelecer critérios de preferência para as propostas que impliquem maior economia de recursos naturais e a redução da emissão de gases de efeito estufa.

Espaço livre